

~~No caso em tela, verifica-se que o Consulente, não está entre os legitimados para formular Consulta perante esta Corte de Contas, não havendo assim a possibilidade de admissibilidade para resposta por parte deste TCM/PA.~~

~~2. DO MÉRITO:~~

~~Inobstante a impossibilidade legal e, por conseguinte, regimental de admissibilidade e processamento da consulta formulada, junto aos presentes autos, destaco que a matéria submetida ao TCM-PA, conforme detalhamento constante às fls. 01 e 02, encerra questionamentos de legalidade e aplicação de regras de direito cooperativo, societário e trabalhista, os quais, a priori, estranhos a competência fiscalizatória deste Tribunal de Contas.~~

~~Neste sentido, insta-me destacar que os pontos de questionamento formulados, estão centrados nas condições de trabalhador celetista ou cooperado de tribulação de embarcações; da vedação de contratação de mão de obra subordinada por cooperativas e da aplicabilidade de regras consignadas pelo regime celetista aos envolvidos na execução de tais serviços.~~

~~Tais considerações reforçam a impossibilidade de conhecimento da vertente consulta, a teor do previsto no Art. 298, Inciso IV, do RITCM-PA, o qual assenta como requisito de admissibilidade da consulta, que a mesma enfrente “matéria de competência do Tribunal de Contas”.~~

~~3. DA CONCLUSÃO:~~

~~Por todo exposto, INADMITO o presente CONSULTA, formulada pela Empresa B.C. MUSAN LOGÍSTICA EIRELI – EPP, que visa dirimir dúvida em relação ao repasse a sócios cooperados e contratação de mão de obra subordinada, por entidade Cooperativa que execute contratos com o Poder Público, em razão da ilegitimidade de parte (Art. 298, Inciso I, do RITCM-PA) e dada a incompetência do Tribunal de Contas, para apreciação da matéria consignada (Art. 298, Inciso IV, do RITCM-PA).~~

~~Determino, assim, a remessa dos presentes autos, à Secretaria Geral, para comunicação do interessado por meio de ofício e, ainda, através da competente publicação desta decisão, na forma legal e regimental, junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA.~~

~~Belém-PA, em 23 de janeiro de 2018.~~

~~Conselheiro DANIEL LAVAREDA~~

~~Presidente TCM-PA~~

DESPACHO DE INADMISSIBILIDADE

DE CONSULTA

PROCESSO Nº 201705131-00

ASSUNTO: CONSULTA

ENTIDADE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

INTERESSADO: DARTE VASQUES

EXERCÍCIO: 2017

Trata-se de consulta formulada pela Procuradoria Geral do Município de Marapanim, por meio de seu Procurador Geral Dart Vasques nos seguintes termos:

- 1- A identificação de pessoas na folha de pagamento do Município de Marapanim co cargo “Aposentado” e “Pensionista”;
- 2- Que essas pessoas não exercem nenhuma função e/ou atividade na Administração Pública Municipal, consequentemente não possuem ponto ou frequência de trabalho;
- 3- Que o Município de Marapanim não possui Instituto de Previdência próprio;
- 4- Ante sua inexistência, que os beneficiários consequentemente jamais contribuíram para um Instituto de Previdência de Município;
- 5- E que a maioria dessas pessoas está há aproximadamente 20 (VINTE) anos recebendo seus proventos desta forma.

Destarte, solicito Parecer sobre todo o exposto, quanto à viabilidade de se manter estes pagamentos.

Os autos foram a mim encaminhados, em razão do município, no exercício de 2017, fazer parte do grupo de jurisdicionados sob minha responsabilidade, nos termos do art. 300, do Regimento Interno vigente.

É o Relatório.

ADMISSIBILIDADE

A consulta foi formulada pelo Procuradoria Geral do Município de Marapanim, por meio de seu Procurador Geral Dart Vasques, sem comprovação do seu vínculo com o Município.

De outra banda, a presente Consulta não se apresenta de forma objetiva, se referente à caso concreto, qual seja, a situação de aposentados e pensionistas, fatos que colidem com o previsto no Art. 298, Incisos II e III, do Regimento Interno desta Corte de Contas que diz:

Art. 298. O Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas que lhe forem formuladas,

conforme o disposto no Art. 1.º, XVI, da Lei Complementar n.º 84, devendo atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos: ...

II – Ser formulada em tese;

III – Conter a apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa da dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares;

Por tudo isso, entendo que esta consulta não preenche os requisitos estabelecidos no caput do Art. 298, II, III e do Regimento Interno deste Tribunal, razões pelas quais a NÃO ADMITO e determino seu arquivamento, nos termos do §3º, do Art. 300, do mesmo Regimento, após notificação do interessado.

Indico, porém, a título de ORIENTAÇÃO, a leitura do Art. 40, da Constituição Federal, em sua redação anterior à Emenda Constitucional nº 20, de 16/12/1998, Emenda esta, que instituiu o Tempo de Contribuição, porém, anteriormente o previsto era Tempo de Serviço.

CONCLUSÃO

Por não atender os requisitos exigidos do Regimento Interno desta Corte, sugere-se o não conhecimento da presente consulta, porém o envio das orientações ao interessado.

Belém, 24 de janeiro de 2018.

ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES

CONSELHEIRO RELATOR

Protocolo: 12209

SOLICITAÇÃO DE PRAZO

DESPACHO EM PROCESSOS DE SOLICITAÇÃO DE PRAZO

Processo nº: 201800015-00

Órgão/Município: PREFEITURA MUNICIPAL URUARÁ

Assunto: Solicitação de Prazo

Remetente: EVERTON VITÓRIA MOREIRA

De ordem do Exmº Senhor Conselheiro Aloísio Chaves, comunico o deferimento do pedido feito através do

Processo nº 201800015-00, prorrogando o prazo para atendimento ao Edital de Citação nº

6.096/2017/6ª Controladoria/TCM-PA, encerrando-se em 26/02/2018.

Belém, 29 de Janeiro de 2018.

Aristides Pinheiro Gomes Neto

Controlador/TCM-PA.

Protocolo: 12203

EDITAL DE CITAÇÃO

EDITAL DE CITAÇÃO

Nº 5008/2018/5ª CONTROLADORIA/TCM-PA

(Processo nº 290042014-00)

De Citação, com prazo de 30 (trinta) dias, o Senhor **João Carlos Lima**.

O Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Administrativa nº 07 TCM/PA de 09/02/2017, e com fundamento nos art. 64 da Lei Complementar nº 109/2016, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, o Senhor **João Carlos Lima**, responsável pela prestação de contas do **SAAE do Município de Curuçá**, no período **01/01/2014 à 31/12/2014**, para que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação do presente Edital em Diário Oficial, apresente neste TCM-PA defesa à falha apontada no Relatório Técnico Inicial nº 707/2017-5ª Controladoria/TCM-PA, sob pena de revelia.

Belém, 29 de Janeiro de 2018.

Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas

Relator/5ª Controladoria/TCM

Protocolo: 12100

EDITAL DE CITAÇÃO

Nº 5009/2018/5ª CONTROLADORIA/TCM-PA

(Processo nº 613982014-00)

De Citação, com prazo de 30 (trinta) dias, o(a) Senhor(a) **Rita de Kacia Leite Costa**.

O Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Administrativa nº 07 TCM/PA de 09/02/2017, e com fundamento nos art. 64 da Lei Complementar nº 109/2016, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, o(a) Senhor(a) **Rita de Kacia Leite Costa**, responsável pela prestação de contas do **Fundo Municipal de Saúde - FMS de Primavera**, no período **01/01/2014 à 01/06/2014**, para que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação do presente Edital em Diário Oficial, apresente neste TCM-PA defesa à